

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.882 - SP (2020/0057312-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ADRIANA ELISABETE AZEVEDO COSTA
ADVOGADO : LARISSA MARCONDES PARISE - SP329788
RECORRIDO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET - SP104061

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por ADRIANA ELISABETE AZEVEDO COSTA, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 387-393 e-STJ), assim ementado:

Apelação Cível. Obrigação de Fazer c.c. Indenizatória. Plano de Saúde. Beneficiária com indicação médica para cirurgia de redução de mamas, ante apresentação de fortes dores na coluna. Recusa do plano de saúde em autorizar e custear a cirurgia. Parcial procedência da ação para condenar a ré na obrigação de fazer. Inconformismo da autora. Negativa com base na interpretação de cláusulas contratuais que não dá ensejo à indenização por danos morais. Sentença mantida. Recurso improvido.

Opostos embargos declaratórios (fls. 459-464 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 466-469 e-STJ)

Nas razões do especial (fls. 165-185 e-STJ), o insurgente alega violação aos seguintes dispositivos de lei federal:

(i) artigos 489, 1013 e 1022 do CPC/15, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios; e

(ii) artigos 186 e 927 do Código Civil, aduzindo a ocorrência de danos morais indenizáveis, notadamente por ter demorado 2 (dois) anos para conseguir realizar o procedimento, o que inclusive agravou o problema.

Apresentadas contrarrazões (fls. 474-485 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. Este Superior Tribunal de Justiça reconhece a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional quando a corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração, omite-se a respeito de ponto essencial ao deslinde da controvérsia. Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DO JULGAMENTO. MATÉRIA OMISSA LEVANTADA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA DO ART. 538 DO CPC DE 1973. EXCLUSÃO. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

1. Verificada a presença de omissões quanto a matérias levantadas nos

embargos de declaração, sobre as quais deveria a Corte estadual haver se manifestado desde o julgamento da apelação, cabível a anulação do acórdão para proporcionar o expresse pronunciamento da Câmara julgadora.

2. O reconhecimento da presença de vício que macula o julgado recorrido implica a reversão da multa imposta por embargos de declaração protelatórios, por incompatibilidade.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no Ag 930.009/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 14/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. NULIDADE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. A falta de manifestação sobre questão relevante para a solução da causa, mesmo após a oposição de embargos de declaração, qualifica negativa de prestação jurisdicional e violação do art. 535, II, do CPC/1973, vigente ao tempo em que praticados os atos processuais.

Precedentes.

2. Reconhecida a violação ao art. 535, II, do CPC/1973, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão dos aclaratórios, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 951.186/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)

No caso, a insurgente alega que a Corte de origem deixou apreciar as circunstâncias do caso concreto, notadamente o fato de que precisou esperar 2 (dois) anos para realizar a cirurgia, o que agravou sua condição de saúde.

A referida tese foi expressamente arguida nos aclaratórios opostos na origem (fl. 463 e-STJ). Todavia, não houve pronunciamento sobre esta relevante questão - que, **ao menos em tese**, pode interferir no resultado do julgamento.

Acrescente-se, ainda, ser inviável nesta instância especial a análise dos fatos que envolvem a demanda, a fim de atestar a veracidade das alegações, o que corrobora a necessidade de pronunciamento expresse da Corte de origem - mesmo que, eventualmente, para afirmar a inexistência de provas acerca dos fatos alegados, ou que, mesmo comprovados, considera não demonstrada a ocorrência do dano moral.

Assim, a manifestação acerca destas questões, ainda que para delas não conhecer ou para rechaçar-las, de forma fundamentada, é necessária para a correta prestação jurisdicional - inclusive para possibilitar eventual acesso às instâncias superiores, se for o caso.

Imperioso, portanto, o reconhecimento da existência de violação aos artigos 489 e 1022 do CPC/15.

2. Ante o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de retorno dos autos à Corte local para correção do vício inferido - omissão - fica prejudicada a análise das demais questões veiculadas no recurso especial.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ,

Superior Tribunal de Justiça

dá-se parcial provimento ao recurso especial, para cassar o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, determinando que outro seja proferido, sanando-se a omissão apontada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator